THINKTANK
CAMINHOS PARA O RIO

iag
ESCOLA
DE NEGÓCIOS
PUC-RIO

Empreendedorismo de Rua

Transformações para o Rio

Autores:

Antonio Simões

Caio Gonçalves

Camilla Renault

Vivian Bacelar

Rio de Janeiro, junho de 2022.

Esse estudo é parte do **ThinkTank – Caminhos para o Rio,**
projeto conduzido por alunos de graduação em Administração da PUC-Rio.
Como parte da sua formação em empreendedorismo, os estudantes se organizam
em grupos de pensadores que, sob a orientação de docentes, desenvolvem estudos
sobre problemas e tendências relevantes para o Rio de Janeiro.

Organização

PUC RIO

iag ESCOLA DE NEGÓCIOS PUC-RIO

Apoio

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução 1

1. Contextualização da Transformação 2

1.1 Oportunidade da transformação econômica 3

1.2 Setores econômicos mais impactados 5

1.3 Políticas públicas relacionadas à transformação 7

1.4 Caminhos para a transformação 8

2. Análise do Contexto 9

2.1 Contextualização a partir dos ODS 9

2.2 Contextualização a partir do World Economic Forum (WEF) 13

3. Mapeamento das oportunidades no contexto do Rio de Janeiro 18

3.1 Oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas 18

3.2 Oportunidades de soluções relacionadas a novos negócios 20

3.3 Análise de tendências tecnológicas para possíveis soluções 22

3.4 Mapeamentos de startups que ofertam soluções 24

4. Exploração de campo dos problemas mapeados 26

4.1. Mapa de Stakeholders 26

4.2. Mapa de Empatia 28

4.3 Árvore de Problemas 30

Introdução

O Empreendedorismo de Rua é qualquer atividade econômica, legal ou ilegal, realizada em espaço público do município. Na sua ação ilegal, empreender na rua é uma alternativa para uma população desempregada que busca geração de renda para sobreviver. Essa situação é muito comum em grandes cidades, como o Rio de Janeiro, sendo uma fonte frequente de problemas como, por exemplo, o incômodo da própria população com a ocupação ilegal de calçadas e vias, impedindo a livre circulação.

A atividade não regulamentada em espaços públicos se expande por conta da fragilidade econômica da cidade que acaba por ampliar o empreendedorismo de necessidade. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar dessa atividade econômica aumentar em momentos de crise econômica no Brasil, como visto atualmente, continua existindo, mas em menor quantidade quando a economia vai bem. No entanto, a atual taxa de desemprego, segundo o IBGE, de 11,2%, é um dos indicadores e motivadores para esse empreendedorismo de rua em alta taxa na qual foi ocasionado pela crise econômica que acarretou um aumento significativo do número de trabalhadores sem carteira assinada.[1]

O principal objetivo desse estudo é aprofundar o olhar para a questão do uso do espaço público no Rio de Janeiro, abordando os seguintes macroproblemas: o conflito territorial entre os cidadãos, a poluição audiovisual na cidade, o comércio de mercadorias contrabandeadas e a desordem pública gerada por atividades econômicas não autorizadas.

[1] https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/taxa-de-desemprego-recua-para-112-em-janeiro-diz-ibge

1. Contextualização da Transformação

A cidade do Rio de Janeiro em sua essência é convidativa para atividades ao ar livre em razão de suas belas paisagens naturais e diversas opções de lazer. Com esses atributos, as ruas da cidade atraem grande circulação de pessoas como moradores locais e turistas. De acordo com a ALERJ, em 2019, esta atividade foi responsável por cerca de 14% do PIB do estado[2]. O grande fluxo de circulação de locais e turistas desperta o interesse de aproveitar o território público para realizar alguma atividade econômica. No entanto, observa-se nos diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro como o empreendedorismo de rua está presente, seja nos transportes públicos (ônibus, metrô e trens), nos centros comerciais de ruas (camelódromos, feiras livres e de artesanatos) e nas praias (quiosques nas orlas e vendedores na areia).

Embora o território público, por definição, seja para todos, ninguém tem o direito de se apropriar das ruas para utilizar em benefício próprio sem autorização da prefeitura. Entretanto, uma grande parte dos vendedores ambulantes usufrui deste espaço para realizar suas atividades econômicas ilegalmente. Essa atitude gera diversos problemas para os lojistas legalizados, órgãos fiscalizadores e a sociedade carioca. Além disso, existe uma dificuldade por parte do poder público de conseguir fazer uma gestão eficiente, apesar de algumas tentativas que serão abordadas neste estudo, o que torna todo esse cenário mais difícil de ser solucionado.

Neste capítulo, o empreendedorismo de rua será explorado e desmembrado nos seguintes tópicos: Oportunidade da transformação econômica, Setores econômicos mais impactados, políticas públicas relacionadas à transformação e caminhos para a transformação.

[2] https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/6016-observatorio-do-turismo-fluminense-apresenta-raio-x-dos-municipios-do-estado

1.1 Oportunidade da transformação econômica

O uso do espaço público no Rio de Janeiro para atividades econômicas informais existe há muito tempo, ocasionando, por conseguinte, diversos problemas para a população carioca. Um dos principais objetivos dos programas e políticas públicas desenvolvidas pela prefeitura da cidade é justamente o incentivo à formalização, buscando o bem-estar da sociedade como um todo[3]. De uma forma organizada e legal, este tipo de atividade pode ser uma fonte de renda para pessoas desempregadas ou que procuram complementar suas rendas. É possível, desta forma, enxergar o poder de transformação que o empreendedorismo de rua pode gerar na vida de diversos moradores do Rio de Janeiro. Apesar desses aspectos positivos, é preciso também compreender quais problemas o empreendedorismo de rua ilegal gera para o território da cidade.

A desordem urbana social estimula a insegurança pública e a prática de crimes, de forma geral, contribuindo para a degeneração, desocupação de logradouros e a redução das atividades econômicas formalizadas[4]. Um dos problemas que o empreendedorismo de rua gera para a cidade é a poluição audiovisual. O barulho gerado por atividades de vendas em vias públicas, além de ser um incômodo em certas ocasiões, têm se transformado num problema de saúde pública, provocando danos à saúde geral e um perturbador para o repouso noturno. Já no caso da poluição visual, além de poder gerar dano ambiental, há um desconforto para a população que circula nas ruas e se depara com estímulos comerciais não-autorizados em bancas, quiosques, cartazes e anúncios. Logo, as atividades não autorizadas, além de ocupar o território público, podem afetar gravemente a qualidade de vida e a saúde humana.

A disputa por território é um problema pertinente ao mundo há séculos e não é à toa que diversas guerras foram travadas em torno da questão: quem tem direito sobre a soberania de um determinado espaço. Neste estudo, o conflito de território é um assunto mais complexo, visto tratar-se de um território urbano que, de acordo com

[3]http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicas%20p%C3%9Abli cas.pdf

[4] https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368366

a lei municipal número 10.406 (Art. 99), é um bem público de uso comum do povo[5]. Sendo assim, torna-se um problema quando um empreendedor por necessidade, seja ele legalizado ou não, utiliza espaço público para conseguir obter sua renda e acaba gerando transtornos a pedestres, desordem e poluição audiovisual. Logo, a população e a prefeitura permanecem em um dilema, apesar de a rua ser um bem público, seria apropriado permitir que essas atividades econômicas aconteçam? E quais medidas poderiam e deveriam ser tomadas para encarar e trabalhar o empreendedorismo de rua da melhor maneira?

O último problema a ser analisado nesta abordagem é relativa à venda de produtos oriundos de roubos, e produtos não autorizados que podem gerar prejuízo e risco aos consumidores. Ambas as situações acabam por contribuir à cadeia criminosa. De acordo com o Art. 180, quando você compra algum produto roubado, é considerado crime com reclusão de um a quatro anos e uma multa, além de contribuir fortemente para a cadeia criminosa[6]. A compra de produtos de baixa qualidade, como os óculos de praia vendidos pelos ambulantes, pode causar um grande dano à visão do consumidor ao longo do tempo. A mercadoria ilegal vem aumentando ao longo dos anos e no ano passado, em 2021, houve um aumento de 62% na apreensão de produtos ilegais e não licenciados, em grande quantidade, principalmente os cigarros eletrônicos[7].

Sendo assim, podemos ver que a situação do empreendedorismo de rua e o estado do Rio de Janeiro é bastante complexa, envolvendo diversas leis, políticas, instituições, programas e diversos outros importantes fatores que agregam na complexidade do assunto. Contudo, dentro dessa situação se encontra uma enorme oportunidade de transformação econômica, envolvendo os próprios cidadãos, a macro e microeconomia da cidade, o turismo e até mesmo no sentido de harmonização e organização do espaço público do estado.

---

[5] https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=art.+99+do+c%C3%B3digo+civil+-+lei+10406%2F02#:~:text=99....,de%20direito%20privado....

[6] https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615757/artigo-180-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940

[7] https://www.poder360.com.br/conteudo-patrocinado/apreensoes-de-produtos-ilegais-crescem-62-em-2021-mas-nao-inibem-contrabando/

1.2 Setores econômicos mais impactados

O termo empreendedorismo é cada vez mais difundido em diversos círculos sociais e visto como uma oportunidade de gerar emprego e renda. Com relação ao empreendedorismo de rua, é relevante compreender qual é a importância desta atividade para a economia da cidade/estado do Rio de Janeiro e quais são os principais setores econômicos que esta atividade mais impacta. Uma grande parcela de comerciantes ambulantes ainda é insegura em relação à legalização, uma vez que muitos não compreendem como formalizar suas atividades. Alguns empreendedores que atuam na rua não buscam a formalização, visto terem receio de não entender suas obrigações com os órgãos governamentais e de não ter condição de pagar a taxa de MEI (Microempreendedor Individual) sem comprometer sua renda familiar. Além disso, é importante ressaltar que muitos comerciantes ambulantes iniciam a atividade como uma alternativa para geração de renda, sem planejamento estruturado e de longo prazo.

De acordo com o Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFEC RJ), com base em dados do IBGE, o grau de informalidade do estado do Rio, cresceu 19,2%, entre 2016 e 2021[8]. Dessa forma, fica claro por este dado o deslocamento de parte dos trabalhadores para o empreendedorismo de rua e a necessidade de políticas públicas para regular este setor econômico. Como foi explicado anteriormente, o empreendedorismo de rua tem papel fundamental na economia da cidade/estado como forma de gerar renda para diversas pessoas que não tem a oportunidade de entrar no mercado formal e que estão precisando complementar a receita mensal da família e/ou está desempregado por conta de alguma situação externa (por exemplo a pandemia, guerra, crise econômica entre outros fatores).[9] Esta atividade gera benefícios para a própria cidade, uma vez que faz com que o dinheiro esteja sempre em movimento, principalmente em eventos grandes para o Rio de Janeiro, como o carnaval, ano novo e outros feriados, movimentando a economia, principalmente da capital. Resultados da pesquisa primária quantitativa realizada, indicou que 80% dos

[8] https://oglobo.globo.com/rio/em-tentativa-de-conter-desordem-urbana-prefeitura-lanca-programa-para-comercio-ambulante-25092325

[9] https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/05/05/coronavirus-pandemia-afeta-trabalho-de-vendedores-ambulantes-de-sao-carlos.ghtml

respondentes trafegam em áreas de alta concentração de vendedores. Deste total, 47% compram produtos de vendedores ambulantes, e 93,3% apoiam esse empreendedorismo de rua e, visto que em suas visões, ele traz mais benefício do que prejuízo.

Contudo, há impactos negativos para a economia local. Se um ambulante, por exemplo, esteja vendendo bala na frente de uma loja de doces pelo mesmo preço, provavelmente o lojista vai ter um menor lucro, uma vez que o mesmo precisa pagar impostos em cima de suas mercadorias, salários dos funcionários e as contas do estabelecimento físico. Em contrapartida, o ambulante apenas precisaria comprar a mercadoria e revender pelo preço que desejar, e se caso seja legalizado, pagar uma taxa para a prefeitura. Em síntese, todos os setores econômicos da cidade estão sendo prejudicados por essa situação, porém mais especificamente os segmentos de alimentação, roupas, eletrônica (celulares, computadores, fones, baterias, carregadores) e acessórios (óculos, relógios, bolsas).

Figura 1: Empreendedorismo de rua no bairro da Tijuca[10]

Uma outra situação é encontrada no comércio ambulante de alimentos (venda de quentinhas nas ruas), na qual cresce consideravelmente, visto que há consumidores com interesse em comprar alimentos práticos, rápidos e mais baratos. Em contrapartida, esse crescimento desordenado é alarmante, pois afeta a saúde

[10] https://oglobo.globo.com/rio/bairros/camelos-tomam-conta-calcadas-na-tijuca-20857762

pública devido a falta de controle sanitário, proporcionando Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA)[11]. Logo, as atividades legais nesse setor, além de prover produtos de qualidade e respeitam a formalização da cidade, perdem clientes para os ambulantes informais.

1.3 Políticas públicas relacionadas à transformação

O estado do Rio de Janeiro já apresentou e propôs diversas políticas públicas com intuito de controlar e amenizar os problemas causados pela vasta gama de empreendedores de rua[12]. Atualmente, existem diversos programas e órgãos públicos destinados a apoiar esses empreendedores como o SESCON-RJ, que oferece orientação financeira e auxilia na formalização do trabalhador, e o SEBRAE, que oferece orientação educacional e auxílio na formalização desse empreendedor, com o objetivo de estruturar um cenário mais propício ao seu desenvolvimento[13]. Ambos os órgãos públicos somente assistem os empreendedores legais e oferecem um leque de possibilidades para auxiliá-los.

Os programas criados pelas instituições públicas são de extrema importância na tentativa de organizar e formalizar esse setor econômico e o espaço público. O programa “Ambulantes em Harmonia” propõe reorganizar, formalizar, fiscalizar e proteger os trabalhadores, inicializado em Bonsucesso, representando um plano-piloto para todos os centros de bairro[14]. Outro programa recente desenvolvido pela prefeitura do Rio é o “Reviver Centro", um plano de recuperação urbanística, social, cultural e econômica da região central do Rio[15]. Contudo, ambos programas procuram a remodelação do espaço público em certas áreas onde é essencial uma organização

---

[11] http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2015000100017&script=sci_abstract&tlng=pt

[12]http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicas%20p%C3%9Ablicas.pdf

[13]http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicas%20p%C3%9Ablicas.pdf

[14] https://prefeitura.rio/noticias/prefeitura-lanca-programa-rio-em-harmonia/

[15] https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-lanca-reviver-centro-plano-para-atrair-novos-moradores-e-estimular-a-recuperacao-urbanistica-social-e-economica-da-regiao/

e fiscalização do comércio por parte do governo. Dessa forma, o conjunto desses programas e órgãos incentivam essa transformação pretendida pela prefeitura.

1.4 Caminhos para a transformação

No contexto do território do Rio de Janeiro, um dos principais agentes facilitadores para a transformação é a prefeitura, que busca através de programas públicos, ajudar na legalização dos comerciantes ambulantes. As forças propulsoras para estas ações são incentivos para a formalização oferecidas pela prefeitura em parceria com outros agentes, como, por exemplo, o SEBRAE. Entre esses incentivos está a ajuda oferecida pela frente de gestão de políticas públicas da instituição, que tem o objetivo de auxiliar os empreendedores a entender como funciona o processo de legalização e de apoiar e incentivar medidas em prol da desburocratização. Além disso, a prefeitura também oferece auxílios financeiros, em momentos que a pandemia ainda prejudica eventos lucrativos como o Carnaval[16].

Ademais, para tornar os trabalhadores ambulantes mais propensos a regularizar as suas atividades é importante que haja benefícios e facilidades, como incentivos fiscais e a diminuição da burocratização no processo regulatório. A primeira força seria bastante benéfica, uma vez que esses comerciantes são empreendedores por necessidade, ou seja, precisam vender os produtos para obter renda para as suas famílias. Assim, essa força ajudaria a diminuir os custos das despesas desses empreendedores de rua. A segunda força, ligada à desburocratização, tem o objetivo de otimizar o tempo de regularização do pequeno negócio. Para o trabalhador informal perder tempo de trabalho é prejudicial, pois diminui a sua renda, o que pode acarretar diversas consequências na sua vida pessoal. Além disso, muitos desistem de regularizar seus negócios por não saber como o processo de legalização funciona, logo, a simplificação do procedimento e a divulgação de como é realizado seria um grande incentivo.

[16] https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-02/rj-com-o-cancelamento-do-carnaval-de-rua-ambulantes-terao-auxilio

2. Análise do Contexto

Neste segundo capítulo, serão abordadas as oportunidades identificadas para encaminhar problemas relacionados ao empreendedorismo de rua no Rio de Janeiro conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o World Economic Forum (WEF).

2.1 Contextualização a partir dos ODS

A Agenda de 2030, elaborada pela ONU, é um plano de ação global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 231 indicadores, buscando de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e tenham seus direitos básicos atendidos. Os objetivos levam em consideração três aspectos do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. Além disso, os objetivos podem ser colocados em prática por diversos agentes como governo, setor público, setor privado e sociedade. A Figura 2 mostra o que cada objetivo procura abranger:

Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O empreendedorismo de rua no Rio de Janeiro é um tema bem complexo, envolvendo diversos setores, políticas públicas e classes sociais diferentes. Dos 17

objetivos, um dos mais próximos de serem atingidos caso o problema de empreendedorismo de rua seja resolvido do nosso tema, é o objetivo **8** “Trabalho decente e crescimento econômico”. O objetivo **8** relaciona-se com a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos.

Figura 3: Gráfico demonstrando o aumento de desempregados

A relação entre o objetivo **8** e o tema é clara, certas metas/indicadores revelam ainda mais essa conexão, como, o indicador **8.3.1** (Proporção de trabalhadores ocupados em atividades informais, por setor e sexo), o indicador **8.8** (Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários). Contudo, existe uma relação entre o crescimento da taxa de desemprego e o aumento da taxa de informalidade, demonstrada pelas figuras 3 e figura 4. Sendo assim, as duas situações demonstradas

pelas imagens, podem ser amenizadas, ou parcialmente resolvidas, atingindo as diversas metas propostas no Objetivo 8. Dessa forma, as tentativas de controlar ou organizar o empreendedorismo de rua, influencia diretamente no desenvolvimento e atingimento dos objetivos.

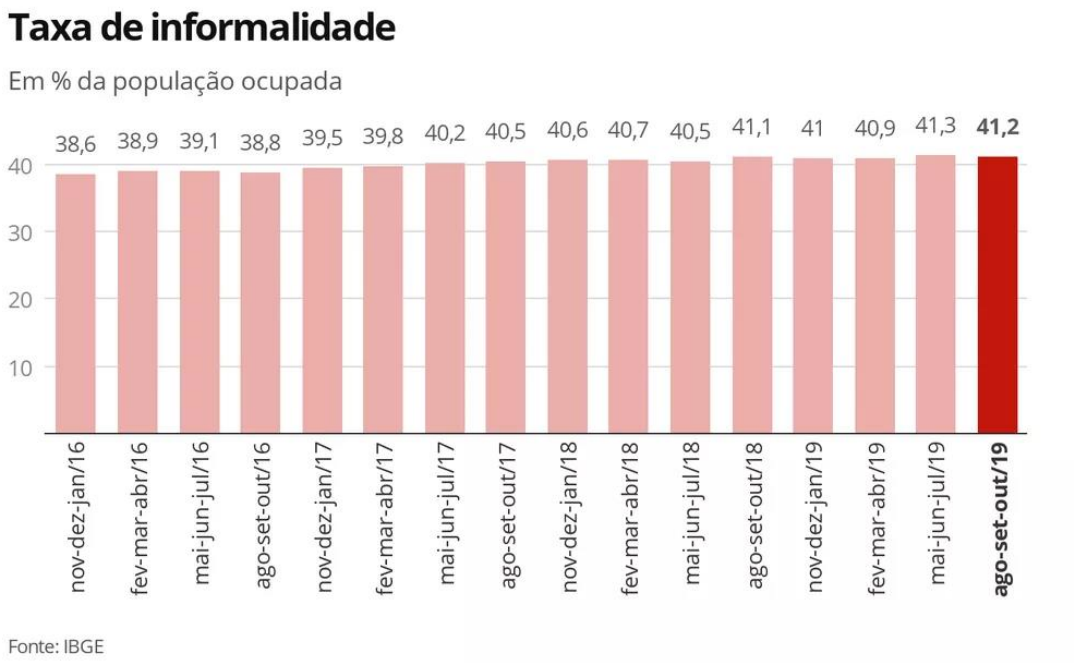

Figura 4: Gráfico demonstrando o aumento da taxa de informalidade.

O objetivo 10 “Redução das desigualdades” também se relaciona com o tema de estudo, porque, ao facilitar a legalização e aceitação social do comércio de rua, esses trabalhadores passam a ter mais dignidade e conseguem mais facilmente expandir seu comércio. Assim, esses pequenos negócios podem passar a oferecer uma melhor remuneração para os trabalhadores e podem ser um caminho para que pessoas mais marginalizadas na sociedade saiam dessa situação. Isso é de extrema importância porque, em uma cidade como o Rio de Janeiro, há muita desigualdade social, como podemos ver na figura 5, e essa situação precisa ser urgentemente revertida já que prejudica a vida e tira as oportunidades de tantas pessoas.

Figura 5: Foto do comércio informal em espaço público.

Segundo a abordagem do tópico 10.4 (Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade), é evidente que políticas de proteção do governo a esses pequenos negócios são fundamentais para ajudar a reverter à situação de extrema desigualdade social no país. A figura 6 evidência como a situação de desigualdade social cresce desde 2015, com o Índice Gini de desigualdade aumentando desde 2015 até 2019. Dessa forma, caso o problema de desigualdade, do comércio ilegal e a desorganização do território permaneçam, poderá comprometer a resolução do objetivo 10. Sendo assim, é necessária uma mudança na sociedade para que certos indivíduos passem a serem vistos como dignos e possam aumentar sua renda, tirando-as de situações de vulnerabilidade.

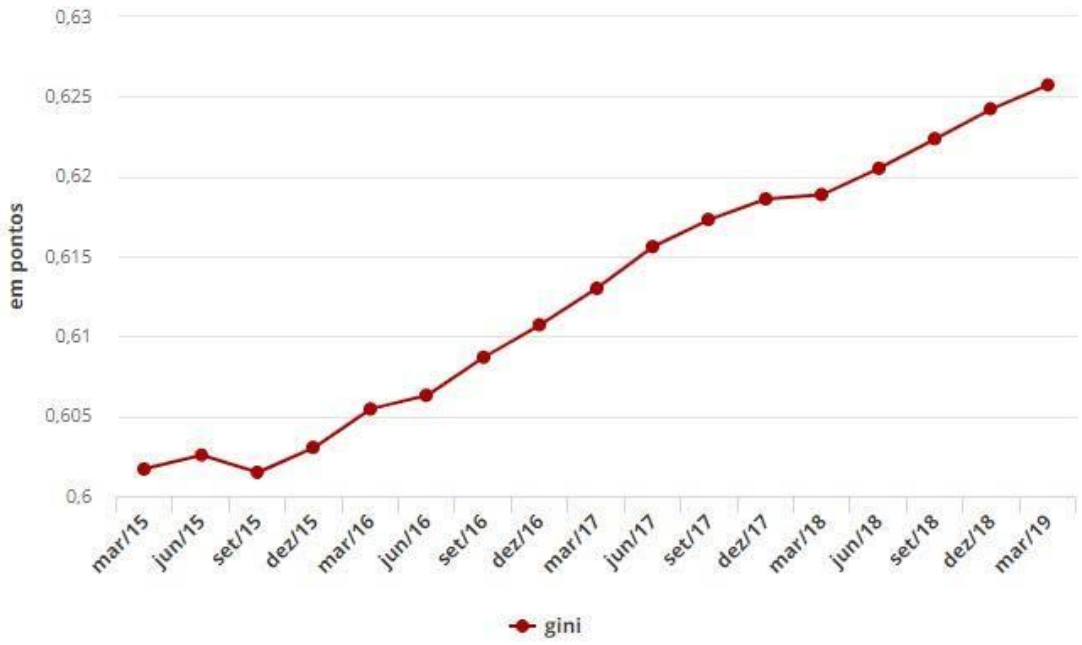

Figura 6: Índice Gini de desigualdade aumentou a partir de 2015.

Com essa maior aceitação social do comércio de rua, o turismo também seria influenciado, já que o comércio de rua sempre foi muito conhecido como um marco no Rio de Janeiro e o fator atrelado à criminalidade seria muito atenuado com a legalização desse serviço. Com isso a economia seria estimulada e esses trabalhadores seriam beneficiados em decorrência.

2.2 Contextualização a partir do World Economic Forum (WEF)

O World Economic Forum (WEF) é uma organização internacional sem fins lucrativos, criada em 1971, que reúne os principais líderes políticos, empresariais, culturais e outros para discutir sobre as questões que estão mais vigentes no mundo. Ao acessar o site oficial, é possível ver todos os pontos mapeados e debatidos nesses encontros e quais são os seus desdobramentos. A figura 7 mostra o Mapa de Transformação da rede de Inteligência Estratégica do WEF sobre o Brasil.

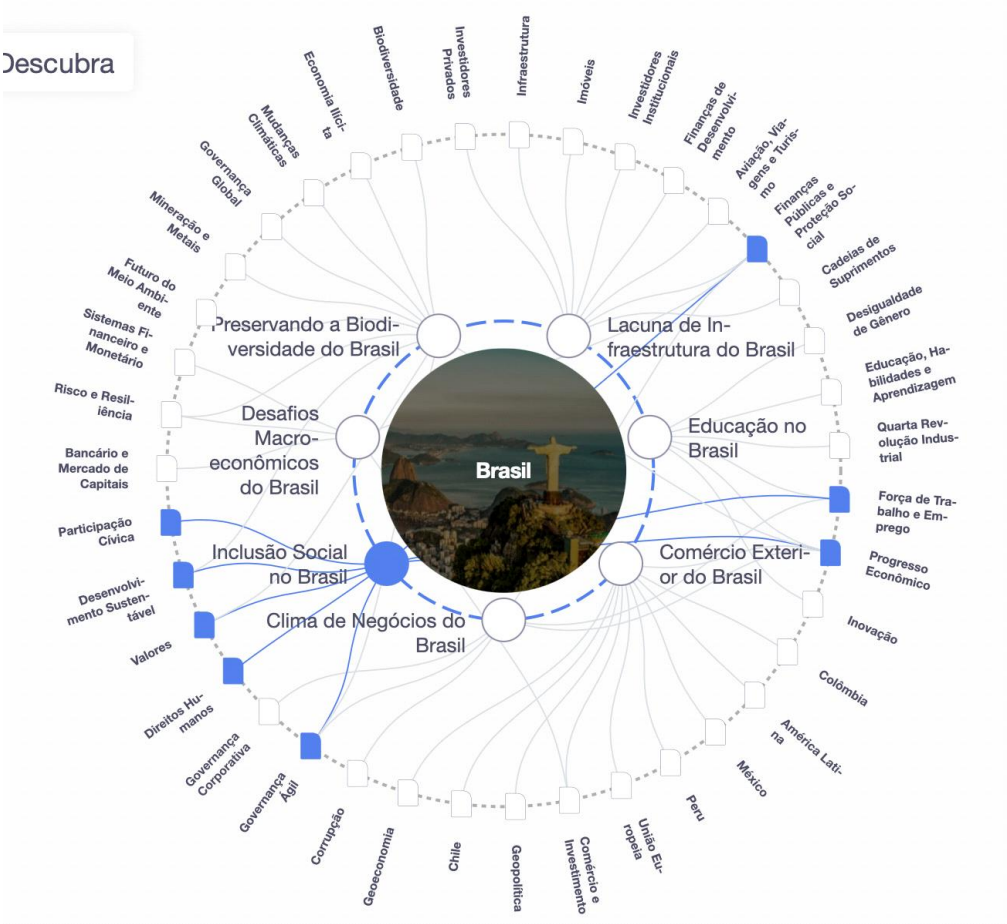

Figura 7: Mapas de Transformação da rede de Inteligência Estratégica do WEF sobre o Brasil.

Ao analisar o Mapa de Transformação da rede de Inteligência Estratégica do Brasil, identifica-se a possibilidade de explorar o tópico de Inclusão Social, relacionando com o empreendedorismo de rua. No material disponibilizado na plataforma sobre esse assunto relaciona a desigualdade com a economia, explicando que quando a economia do Brasil está instável, a desigualdade, pobreza e problemas estruturais consequentemente aumentam. Além disso, é informado que, recentemente, houve reduções na renda do trabalhador e aumento da taxa de desemprego, resultado da desaceleração do crescimento econômico. Portanto, ao analisar com este contexto, percebe-se o reflexo com o aumento significado de ambulantes ilegais no espaço público do Rio de Janeiro, após o início da pandemia e da crise econômica.

Seguindo a Inclusão Social, o tópico Força de Trabalho e Emprego foi aprofundado, no qual é discutido a rápida mudança que aconteceu no mercado de trabalho por conta do Covid-19, bem como, a devastação econômica em todos os países, resultado da pandemia. Ademais, o autor comenta que é necessário pensar na criação de novos empregos, a fim de conseguir ter novos modelos de trabalho saudáveis. Entretanto, estudando a situação do Brasil, mas especificamente do estado do Rio de Janeiro, tal sugestão não foi, de fato, colocada em prática, uma vez que a forma de sobreviver de muitos cariocas foi ir para ruas tentar vender os mais variados produtos, às vezes até mesmo roubados ou falsificados.

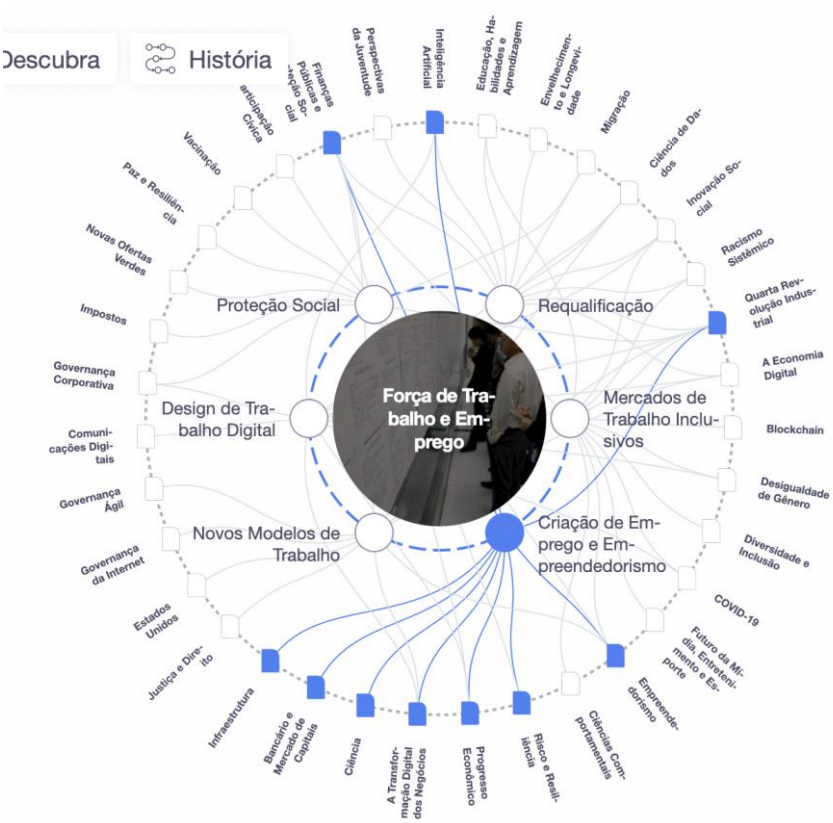

Figura 8: Mapas de Transformação da rede de Inteligência Estratégica do WEF sobre Força de Trabalho e Emprego.

Por último, analisou-se o tópico Empreendedorismo, desdobramento da Força de Trabalho e Emprego. No texto de apoio do tema, afirma que a intenção estabilidade e viabilidade empreendedora de hoje se diferem muito entre países, e até dentro de uma mesma nação, ao analisar o Brasil e o Rio de Janeiro é possível observar como essa afirmação é verídica. Enquanto em países de primeiro mundo, existe um índice maior de empreendedorismo de oportunidade, ou seja, aquele que nasce por conta

de uma ideia inovadora, no Brasil há um índice maior de empreendedorismo de necessidade, que surge como um meio de sobreviver e ter o seu próprio sustento mensalmente. Além disso, ao transportar essa questão para o Rio de Janeiro, a cidade que tem na essência incentivar atividades ao ar livre, fica evidente que o espaço público acaba propiciando ainda mais o empreendedorismo de rua, do que em outros estados do Brasil e países.

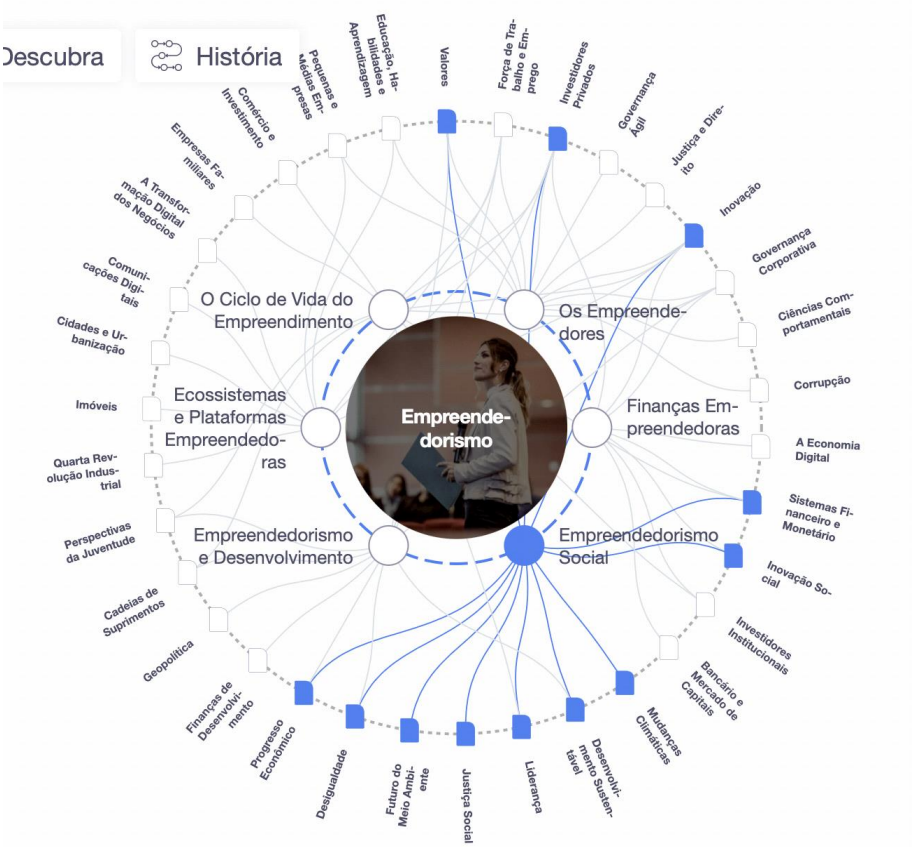

Figura 9: Mapas de Transformação da rede de Inteligência Estratégica do WEF sobre Empreendedorismo.

Dessa forma, é possível ver a conexão entre os tópicos escolhidos no “Mapa de Transformação” e o tema de empreendedorismo de rua, como exemplificado no WEF, o crescimento da taxa de desemprego, e a redução na renda do trabalhador, são somente alguns dos motivos que incentivam o trabalhador a recorrer ao empreendedorismo de rua. Sendo assim, o WEF disponibiliza diversos tópicos e assuntos que podem ser relacionados com o tema, criando uma ferramenta de aprofundamento específico que pode ser utilizada pelo Think Tank.

O empreendedorismo de rua pode ajudar a reduzir a desigualdade social e impactar a concentração de renda, ou seja, procuram solucionar problemas sociais visando rentabilidade[17]. Seu principal público-alvo são geralmente pessoas que não tem acesso ao mercado, logo de certa forma, ajuda a combater a pobreza e ajuda aqueles que trabalham por necessidade.

[17] https://umbrasil.com/noticias/empreendedorismo-social-tem-poder-para-reduzir-a-desigualdade-no-pais/

3. Mapeamento das oportunidades no contexto do Rio de Janeiro

Neste capítulo serão abordadas as oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas e novos negócios com sugestões de encaminhamentos para os problemas mapeados sobre empreendedorismo de rua. Além disso, os benefícios que essas soluções podem gerar também serão apresentados, como também, o impacto que elas podem ter no território do Rio de Janeiro.

3.1 Oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas

3.1.1. Parceria entre prefeitura e universidades do Rio de Janeiro para desenvolver estudo sobre o Empreendedorismo de Rua

Durante o estudo, percebeu-se que uma das maiores questões do Empreendedorismo de Rua é a ilegalidade, que gera diversos problemas. Sendo assim, com o crescimento constante de vendedores ambulantes é necessário que a prefeitura do Rio de Janeiro continue a investir em programas como o “Ambulantes em Harmonia” e o “Reviver Centro”, que organizam e formalizam esse segmento econômico. Essa medida teria o objetivo de estabelecer um comércio de rua legalizado, que respeita as normas e leis dos órgãos públicos e diminui consideravelmente os transtornos.

No entanto, para conseguir desenvolver programas com essas características e objetivos é preciso ter uma conscientização dos ambulantes, para que eles enxerguem valor em participar. Por essa razão, a prefeitura deve fazer uma parceria com o meio acadêmico para que seja desenvolvido, pelos universitários, um estudo do ponto de vista dos empreendedores de rua sobre a ilegalidade. Entre as universidades elegíveis para a parceira estão: PUC-Rio, FGV, UFRJ, UERJ, UNIRIO e UVA. Dessa forma, será possível pensar em uma maneira eficaz de conscientizar os vendedores sobre a importância de eles serem regularizados.

Com essa oportunidade sendo colocada em prática, a organização e fiscalização do comércio por parte do governo será mais fácil de ser realizada. Além disso, os transtornos gerados pela ilegalidade iriam com o tempo reduzir.

3.1.2. Empreendedorismo de Rua em contato com os turistas

Além de incentivar a legalização dos empreendedores de rua, a prefeitura do Rio de Janeiro deve investir neste segmento de comércio, principalmente, em momentos de grande atração de turistas. A cidade maravilhosa tem um setor de turismo bastante forte, de acordo com o Anuário Estatístico de 2014, desenvolvido pelo governo do Rio de Janeiro em parceria com outros órgãos, teve o total de 3.991.953 visitantes nos principais pontos turísticos da cidade. Dessa forma, analisando os dados apresentados pelo estudo, percebe-se que um número expressivo visita esses locais por ano, assim, oferece a oportunidade de posicionar esses empreendedores de rua nestes pontos, visando que eles consigam obter uma renda satisfatória e, ao mesmo tempo, auxiliem na demanda.

Entretanto, para conseguir colocar em prática essa oportunidade, a prefeitura precisa planejar e organizar os vendedores ambulantes, além de fornecer cursos para preparar esses profissionais para abordar os visitantes de forma adequada. Sendo assim, os regularizados precisam comprovar que os seus documentos estão em dia, os seus produtos são verdadeiros e estão seguindo com as normas e atender as aulas disponibilizadas pelos órgãos parceiros, como o SEBRAE. Bem como, deve se estabelecer certos acordos com as organizações que possuem estruturas nestes locais, com o intuito de evitar brigas ou desentendimentos futuros por conta dos clientes.

Em síntese, os empreendedores de rua, os legalizados, irão auxiliar na demanda de turistas. Através dessa oportunidade, os vendedores vão conseguir gerar mais renda para as suas famílias, e a prefeitura vai prover uma melhor experiência para os visitantes do Rio de Janeiro. Ademais, é importante ressaltar que para funcionar essa medida é essencial ter uma boa fiscalização e organização, pois senão, pode acabar virando desordem e confusão.

3.2 Oportunidades de soluções relacionadas a novos negócios

3.2.1. Ação social entre marcas e ambulantes

Para a oportunidade ligada ao setor privado, empresas como a Mondelez, dona da marca Trident, e a Perfetti Van Melle Brasil, dona da marca Mentos poderiam fazer ações sociais onde contratassem trabalhadores ambulantes que atualmente vendem balas, doces e chicletes de forma informal para serem oficiais vendedores da marca. Essas empresas poderiam contratar esses trabalhadores para que vendessem seus produtos em eventos esportivos e em festas, uniformizando os vendedores, que ajudariam também o marketing da marca. Assim, ao mesmo tempo, que eles estariam colocando a marca em evidência, também auxiliam esses trabalhadores a terem uma imagem de mais confiáveis, consequentemente, as vendas aumentariam. Além disso, as empresas poderiam utilizar imagens dessas ações em comerciais, o que causaria uma repercussão positiva por parte dos consumidores, uma vez que seria uma iniciativa da marca para ajudar esses vendedores e incentivar que eles sejam legalizados.

Assim, a marca ficaria atrelada com a geração de empregos e, ao mesmo tempo, seria a única marca vendida por esses comerciantes, garantindo que os produtos não tenham procedências ilegais. Ao regularizar esse trabalho, a marca também estaria dando um passo contra o trabalho infantil, já que a legalização desse trabalho faria com que as leis fossem seguidas nesse ramo, o que não acontece em atividades não regularizadas. Logo, todos os trabalhadores contratados teriam seus direitos trabalhistas, já que estariam formalmente contratados.

Portanto, uma marca ganharia muito ao contratar trabalhadores que tipicamente realizam um trabalho não regularizado e fazer uma campanha de marketing em cima de dar um emprego legítimo para esses indivíduos. Portanto, essa ação social seria boa tanto para a sociedade, porque ajudaria a tirar pessoas de uma situação vulnerável, quanto para as empresas, que poderiam divulgar suas marcas e conseguir mais vendas com essa campanha de ajuda às pessoas. A visibilidade desses vendedores nos eventos também seria essencial para conseguir vendas, mas isso seria fácil dado que, ao estarem uniformizados nas festas e eventos esportivos que fariam as vendas, esses trabalhadores atraíram os consumidores.

3.2.2. Trânsito livre entre os bares populares e os ambulantes

Outra oportunidade observada seria um acordo entre certos bares populares e comerciantes locais, determinado uma porcentagem em relação a participação de ambos em suas vendas, o que seria algo benéfico para os dois empreendimentos, tendo em conta que são serviços complementares para os clientes locais.

Uma forma de executar esse contrato seria gerando um desconto no estabelecimento ao comprar com um comerciante local e ao mesmo tempo um desconto na venda do comerciante com quem frequente o bar ou restaurante. Isso seria bom para o restaurante, gerando um maior fluxo de clientes, e geraria uma boa reputação para o comerciante pela recomendação, conferindo credibilidade ao mesmo. Um exemplo disso seria um bar popular da cidade liberar a entrada de vendedores ambulantes como comerciantes de amendoim para entrar e vender dentro do bar direto para os clientes

Através de uma pesquisa qualitativa realizada com donos de bares, localizados no Rio de Janeiro, foi possível identificar uma sensibilidade em relação a esses empreendedores de rua, em que os proprietários reconhecem a importância e o motivo da existência dessa atividade de ambulantes. Logo, essa constatação torna esse tipo de parceria mais fácil de ser realizada na prática. Além disso, na pesquisa também foi averiguado uma insatisfação vinda desses proprietários em relação as ações tomadas pela prefeitura sobre os ambulantes, onde ele exigia uma melhor fiscalização e um maior incentivo para a legalização.

3.3 Análise de tendências tecnológicas para possíveis soluções

3.3.1. Meio de pagamento digital: Pix

As tecnologias atuais influenciam diretamente em todos os aspectos do cotidiano, desde grandes empresas a pequenos negócios. Uma das tecnologias que mais revolucionou a área de empreendedorismo de rua foi o Pix - meio de pagamento digital gratuito para pessoa física. Lançado em fevereiro de 2020, a praticidade do sistema juntamente com seus benefícios, revolucionou diversos setores.

Segundo dados de março de 2022, os recordes de transações diárias contam com 58,8 milhões de transferências em um único dia e mais de 113 milhões de pessoas utilizam esse meio[18]. Este pagamento digital está sendo cada vez mais usado, facilitando empreendedores de rua por ser uma alterativa de máquina de cartão sem taxas e tarifas cobradas. Além de não ter custo e ser muito prático, ele reduz burocracia e a transação é disponibilizada de forma instantânea. Contudo, além de oferecer uma praticidade tanto para o empreendedor quanto para o consumidor, favorece aos que não têm os recursos financeiros de obter uma máquina de cartão e que estão ali por necessidade de vender.

3.3.2. Meio de comunicação e transação comercial: WhatsApp

As redes sociais e o espaço virtual proposto por elas são de grande benefício para o empreendedor de rua. Atualmente existem diversos sites, aplicativos, serviços e sistemas, gratuitos dispostos pelas redes sociais e pela internet. A variedade é gigantesca, e a acessibilidade cresce cada dia mais.

A possibilidade de conexão que existe nesse meio virtual é infinita, e com isso a variedade e quantidade de informação exposta também. Fazer pagamentos por meio de plataforma digitais, de forma gratuita e sem a cobrança de taxas, está auxiliando no crescimento dos empreendedores de rua. O WhatsApp integra vendas de produtos e serviços em um aplicativo de mensagens, oferecendo funcionalidades, onde o vendedor apenas precisa aceitar o pagamento e a transação aparece como se fosse uma mensagem na conversa do aplicativo.

---

[18] https://www.spacemoney.com.br/geral/confira-as-vantagens-do-pix-parcelado-para-lojistas-e-consumidores/180556/

A plataforma favoreceu muito o empreendedorismo de rua no Brasil, por ser o segundo maior mercado do serviço no mundo[19]. A facilidade de comunicar com os clientes, divulgar seus produtos/serviços através de mensagens padronizadas e realizar pagamento com praticidade, o WhatsApp de fato ajuda aqueles que não têm a oportunidade de ter seu próprio espaço de venda. Por exemplo, um vendedor de quentinha se comunica com o seu cliente, recebe o pedido e faz a entrega através desse meio.

Sendo assim, a utilização desse mundo virtual pode gerar diversas mudanças positivas para o empreendedor, e com planejamento e o conhecimento de novas práticas e sistemas, é possível atender bem seus clientes, ainda que seja virtualmente.

[19] https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/vendas-pelo-whatsapp-conheca-casos-de-empreendedores-locais,249ff6efaa9ac710VgnVCM100000d701210aRCRD

3.4 Mapeamentos de startups que ofertam soluções

Neste tópico, será apresentado quatro startups que ofertem propostas de valor alinhadas com as oportunidades identificadas nos segmentos anteriores. A tabela está dividida nos seguintes pontos: nome da startup, logomarca, website, resumo do negócio e país de origem.

SmartBeach		https://www.facebook.com/pg/smartbeachapp/posts/	A startup criou um aplicativo colaborativo que ajuda o consumidor a localizar, comprar e avaliar produtos e serviços nas praias. Recentemente, fechou uma parceria com o OrlaRio, a fim de criar uma experiência de consumo nas praias, contando com informações em português, inglês e espanhol[20].	Brasil
Hokart		https://www.hokart.net	A plataforma B2B2C Hokart está capacitando os vendedores ambulantes, fornecendo acesso ao comércio digital, cadeia de suprimentos de qualidade e infraestrutura[21].	Índia
Colab	colab	https://www.colab.re	A startup busca proximar cidadãos de seus governos através de uma ferramenta de tecnologia,	Brasil

[20] https://www.startse.com/noticia/nova-economia/tecnologia-inovacao/smartbeach-firma-parceria-com-orlario-e-profissionaliza-vendedores-ambulantes-nas-praias-do-rio

[21] https://www.hokart.net

			disponibilizada em canal virtual (website e aplicativo para smartphones). Ela tem o objetivo de dar o poder da população de colaborar com questões do setor público através de publicações de zeladoria urbana, participação em tomadas de decisões e em consultas de avaliação de serviços públicos. Além disso, a Colab também atua diretamente com os gestores públicos no incentivo e promoção de melhorias para gestões mais eficientes e inovadoras na administração pública.	
Warung Pintar		https://warungpintar.co.id	Usando câmeras de televisão de circuito fechado (câmeras CCTV), essa startup de tecnologia está ajudando os vendedores ambulantes a coletar dados sobre seus clientes, rastreando seu gênero, idade aproximada e escolhas, todos analisados para melhorar a forma como o fornecedor comercializa, distribui e se envolve com os clientes no futuro.	Indonésia

4. Exploração de campo dos problemas mapeados

Neste capítulo, o estudo explorará o campo dos problemas destacados através da análise e conclusão dos resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa. Primeiro, o Mapa de Stakeholders será abordado, com ênfase no grau do envolvimento deles. Depois da análise das pesquisas, um mapa da empatia será montado e consequentemente a árvore da empatia, apresentando as causas e os impactos gerados pelos problemas do estudo.

4.1. Mapa de Stakeholders

Analisando o contexto dos vendedores ambulantes, os principais stakeholders, levando em consideração somente o território do Rio de Janeiro, são: prefeitura, consumidores, sociedade, empresas privadas, polícia e fornecedores.

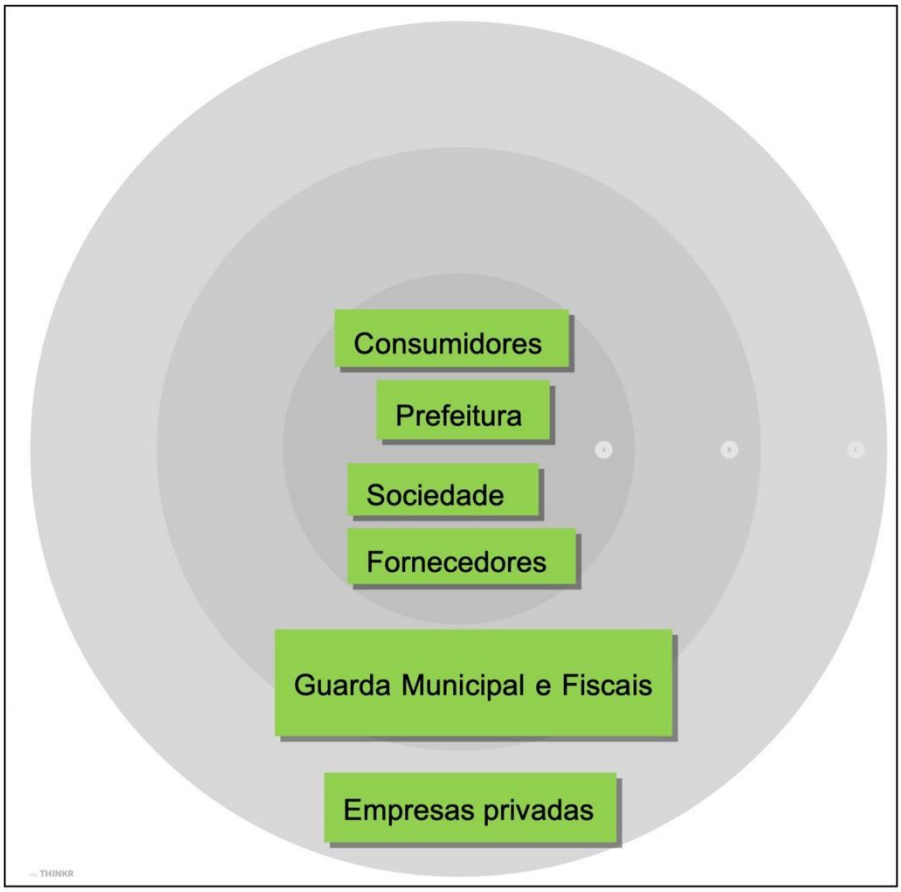

Figura 10: Mapa de stakeholders

Prefeitura: Tem um papel de regularizar e fiscalizar a legalização dos comerciantes ambulantes. Bem como, ela pode criar iniciativas para auxiliar os mesmos durante períodos de crise, ou até mesmo, buscar parcerias com empresas privadas para disponibilizarem cursos profissionalizantes.

Consumidores: Já os consumidores são o meio dos trabalhadores gerarem sua renda mensal, logo, caso diminua o número de clientes, isso vai afetar os empreendedores de rua diretamente.

Sociedade: Ela possui a influência para contribuir ou prejudicar o empreendedorismo de rua, em outras palavras, eles podem ajudar ao desempenhar a função de consumidores e tendo uma visão positiva sobre esse setor para a cidade do Rio de Janeiro ou causar danos ao denunciar os comerciantes para a polícia.

Fornecedores: Têm um papel fundamental, pois são eles os responsáveis por fornecer a mercadoria que o trabalhador ambulante vai vender no seu dia a dia. Sendo assim, caso eles aumentem o preço das suas mercadorias, seja por conta da inflação, falta de suprimentos no mercado ou para lucrar mais, essa ação vai impactar diretamente os vendedores e seus negócios. Além disso, os fornecedores também podem vender produtos roubados ou falsificados para os empreendedores de rua, podendo causar a penalização desses comerciantes por estarem cometendo um crime.

Guarda Municipal e Fiscais da Prefeitura: Os empreendedores de rua podem sofrer diretamente com a guarda municipal e fiscais da prefeitura, uma vez que eles têm o poder de apreender a mercadoria que está sendo vendida em local inapropriado ou penalizar o vendedor que não estiver legalizado e com seus documentos regularizados.

Empresas privadas: Os comerciantes ambulantes também são afetados, de vez em quando, por empresas privadas, por exemplo, quando a prefeitura faz parcerias com

organizações como o SEBRAE. A instituição oferece capacitações para esses empreendedores através de cursos como de formação de preço e de pesquisa de mercado. Além disso, o SEBRAE também procura auxiliar os comerciantes ambulantes com a área legal, incentivando medidas ligadas à desburocratização, a fim de proporcionar um ambiente de negócio mais favorável a empreender e com menos barreiras, possuindo uma frente de gestão de políticas públicas.

4.2. Mapa de Empatia

De acordo com o resultado da pesquisa quantitativa realizada, foram desenvolvidos dois mapas de empatia. A Figura 11 apresenta os moradores do Rio de Janeiro acima de 18 anos e frequentadores de locais com alta concentração de empreendedorismo de rua.

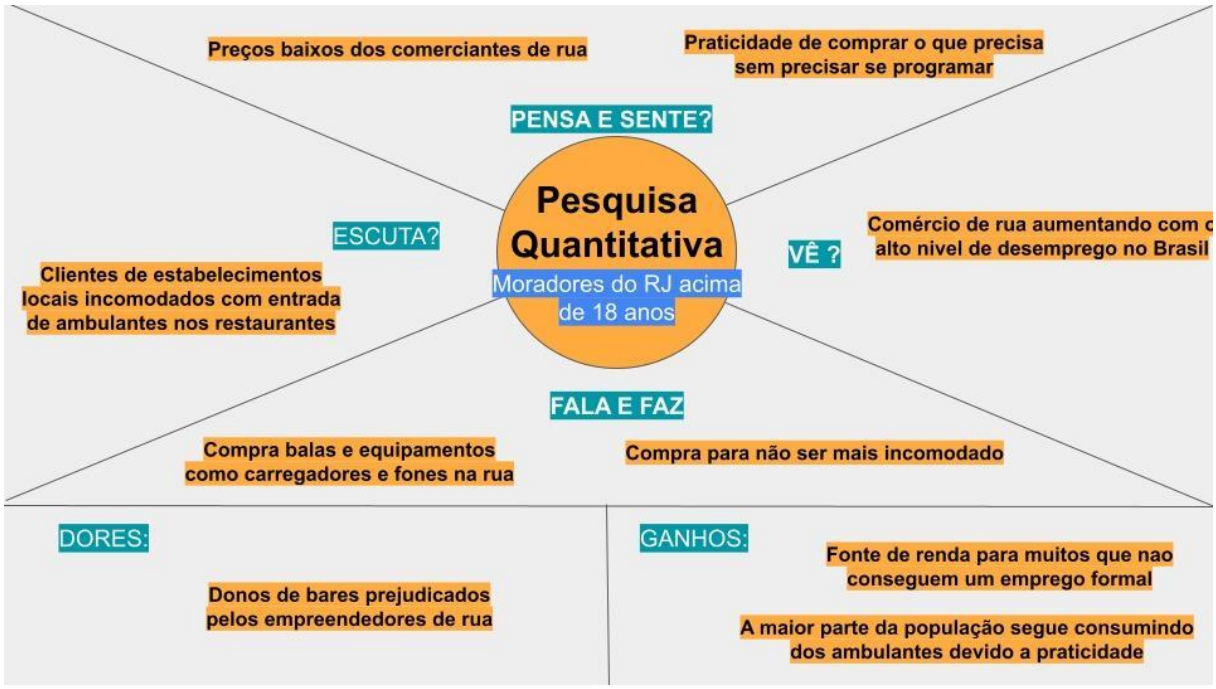

Figura 11: Mapa de Empatia da Pesquisa Quantitativa

Já o terceiro mapa foi desenvolvido com base no público da pesquisa qualitativa, isto é, donos de bares/restaurantes, moradores do Rio de Janeiro e que convivem com uma certa frequência de empreendedores de rua em torno de seus estabelecimentos

Figura 12: Mapa de Empatia da Pesquisa Quantitativa

4.3 Árvore de Problemas

Com o resultado das pesquisas, quantitativa e qualitativa, foi desenvolvido uma Árvore de Problemas, que busca demonstrar as principais causas dos problemas mapeados no estudo e seus sintomas, ou melhor, impactos para o território do Rio de Janeiro.

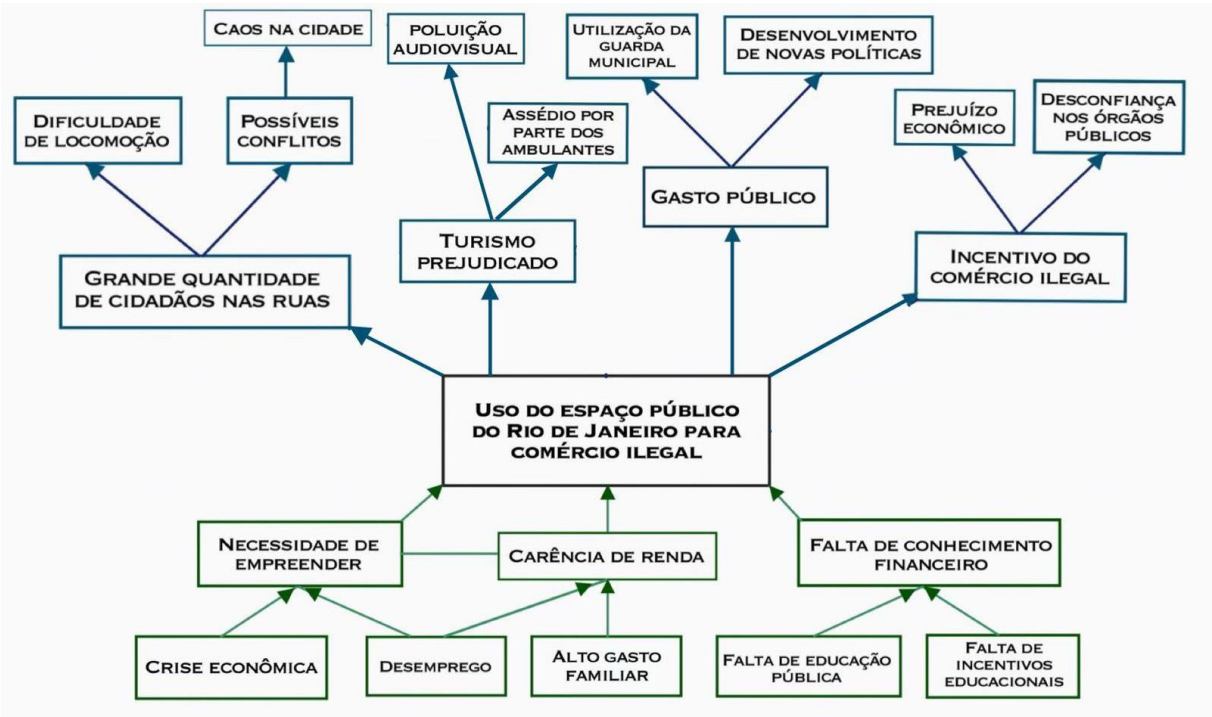

Figura 14: Árvore de Problemas.

Ao analisar sob uma perspectiva geral as causas do uso do espaço público no Rio de Janeiro para o comércio ilegal, é de extrema importância mencionar tanto o contexto global quanto o da cidade do Rio. A partir de uma análise dos problemas-raiz sob a perspectiva global, é necessário mencionar a crise econômica e a pandemia – dois fatores que afetaram de forma negativa a população inteira e consequentemente, a taxa de desemprego. Com um foco maior no Rio de Janeiro, a falta de infraestrutura e incentivos na educação pública, além de causar uma falta de conhecimento financeiro e educacional, incentiva até as crianças a irem para rua com a necessidade de sustentar sua renda familiar.

As causas mencionadas acima criam essa necessidade de empreender em espaço público de forma ilegal, porém os impactos gerados por esse ato são imensuráveis. O uso do espaço público para o comércio além de aumentar o número de pessoas nas ruas, dificultando a livre circulação de pedestres, prejudica muito o turismo da cidade, desde o aumento da violência e possíveis conflitos como roubos e assédios, até a poluição audiovisual. O incentivo do ato ilegal pode gerar uma desconfiança nos órgãos públicos, um alto prejuízo econômico e gasto público com a utilização de guarda municipais nas ruas e desenvolvimento de novas práticas.